



MOVIMENTO INTERFÓRUNS DE EDUCAÇÃO INFANTIL REGIÃO SUDESTE 2019 – CARTA DE JUIZ DE FORA

CONSTRUÇÃO DE UMA AGENDA POLÍTICA EM DEFESA DA EDUCAÇÃO INFANTIL DE QUALIDADE SOCIAL

Nos dias 16 e 17 de agosto de 2019, realizou-se em Juiz de Fora, Minas Gerais, o X Encontro Ampliado do Fórum Mineiro de Educação Infantil (FMEI) e o IX Encontro do Movimento Interfóruns de Educação Infantil (MIEIB) da Região Sudeste. Estes eventos contaram com a participação de professoras(es) da Educação Infantil, pesquisadoras(es), dirigentes e gestoras(es) públicas(os), assim como de ativistas de diversos movimentos sociais que reafirmaram, dentre seus objetivos, a construção de uma agenda política para orientar as ações, de forma articulada, dos fóruns da Região Sudeste brasileira em defesa da Educação Infantil de qualidade socialmente referenciada.

O quadro atual de retirada de direitos inegociáveis dos bebês e das crianças aponta para possíveis discontinuidades das políticas públicas e exige permanente mobilização dos fóruns de Educação Infantil em defesa das conquistas alcançadas nos últimos anos.

Consideramos que a radicalização de prescrições neoliberais dos anos 1990, com argumentos de racionalização de recursos, esvazia o poder das instituições e criminaliza os movimentos sociais, desrespeitando direitos sociais e políticas de Educação Infantil formuladas com a participação da sociedade organizada. O congelamento de recursos sociais pela EC nº95/2016 agrava sobremaneira as desigualdades sociais e representa o desmantelamento de programas implementados nas últimas décadas. Ajuste que recai sobre os bebês e as crianças, parcela da sociedade que mais sofre os efeitos de crises econômicas e de conflitos sociais.

Preocupa-nos ainda o avanço de uma pauta conservadora no campo das ideias, da cultura e das práticas pedagógicas. Coloca-se em risco a autonomia pedagógica das creches e pré-escolas, desrespeitando os direitos dos bebês, das crianças e dos adultos, a pluralidade de concepções, a diversidade cultural, afrontando, assim, a Constituição Federal.

Diante deste cenário que se agrava, os fóruns de Educação Infantil da Região Sudeste brasileira se articulam em torno de uma agenda política de mobilização da sociedade civil organizada e conclamam as autoridades educacionais, Congresso Nacional, Assembleias Legislativas estaduais, Câmaras Municipais, Governos dos Estados e dos municípios, Ministérios Públicos e outras instituições de controle social para que se empenhem na valorização da Educação Infantil, como política pública da mais alta relevância, compreendendo-a em seu caráter intersetorial, interdisciplinar, multidimensional.

Consideramos como prioridades da agenda política as seguintes pautas:

1. Acompanhar a tramitação e lutar pela aprovação do Fundeb permanente na Constituição Federal com vias a elevar o percentual de participação do governo federal.
2. Monitorar e avaliar os indicadores da Educação Infantil de acesso, de insumos e de processos, tais como:
 - a. investimento de recursos públicos na rede pública.
 - b. investimento de recursos públicos na rede privada, com atenção especial para as instituições com fins lucrativos.
 - c. infraestrutura - pátios descobertos, salas de leitura/bibliotecas etc.
 - d. carreira e formação docente.
 - e. programas de melhoria e/ou ampliação da rede de escolas, tais como o acompanhamento da conclusão de obras do Proinfância.
3. Defender a implantação do CAQi e do CAQ.
4. Garantir a implementação de uma política nacional de formação inicial e continuada de professores e demais profissionais da Educação Infantil com implementação da “lei do piso” (lei 11.738) em sua integralidade,

em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica (Resolução CNE 02/2015).

5. Resguardar e defender a pluralidade de ideias e concepções pedagógicas, na construção democrática das políticas públicas, no que tange os programas e ações do governo federal.
6. Reafirmar os preceitos constitucionais da liberdade de aprender, de ensinar, de pesquisar, de divulgar o pensamento, a arte e o saber.
7. Resguardar e defender que as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI/2009) sejam o eixo estruturante das ações e dos programas de todos os entes federados, salvaguardando a identidade da Educação Infantil, bem como a função social de creches e pré-escolas.
8. Fortalecer a identidade da Educação Infantil compreendida como etapa que contribui para o processo de apropriação da linguagem escrita pelas crianças sem que isso signifique estar submetida aos objetivos de alfabetização próprios do Ensino Fundamental.
9. Valorizar a participação dos bebês, das crianças e de suas famílias no cotidiano de creches e pré-escolas e na construção das políticas públicas.
10. Articulação com outros movimentos sociais e populares, entidades, sindicatos e universidades para o enfrentamento das políticas autoritárias em curso no País na intenção de produção de práticas libertárias e de resistência.

Reforçamos os princípios do Mieib de respeito à atitude crítica e ao pluralismo teórico e metodológico do campo da Educação Infantil.

Juiz de Fora, 16 de agosto de 2019.